

Arquivos escolares e ensino de história: interlocuções possíveis

Arthur Luiz Grechi de Carlos¹

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre os arquivos históricos escolares como portadores de documentos para o professor de história e para a própria escola, interessada na preservação do acervo que produz na sua vida administrativa. Busca-se nestes escritos explorar as potencialidades dos arquivos escolares para o ensino de história tomando como referência a experiência realizada no arquivo da escola estadual Rio de Janeiro, no âmbito de uma bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Assim, no relato da experiência já citada, são problematizados aspectos como a utilização de documentos criados com fins meramente administrativos, mas que, em sala de aula, assumem o lugar de fontes históricas que informam sobre a sociedade em outra época. É possível pensar, também, que tal experiência permite que se discuta conceitos e princípios referentes à educação para o patrimônio destacando escolhas e significados, além da preservação e guarda adequada dos documentos.

Palavras chave: documentos escolares, ensino de história e educação patrimonial.

Abstract

The aim of this paper is to present and discuss the files as having transcripts of documents for the history teacher and the school itself, interested in the preservation of the collection which produces in its administrative life. We explore the potential of school records to the teaching of history with reference to the experiment conducted in the archives of the State School Rio de Janeiro. The study was conducted with grants from the Institutional Scholarship Program for New Teachers (PIBID / CAPES). In the account of the experience are problematized aspects such as the use of documents created with purely administrative purposes and that, in the classroom, take the place of historical sources that tell the company in another time. It is conceivable, too, that this experience allows us to discuss concepts and principles relating to the heritage education emphasizing choices and meanings, in addition to the preservation and custody of the appropriate documents.

Keywords: school documents, history teaching and patrimonial education.

Este artigo pretende, por meio do relato de uma experiência realizada nos arquivos da Escola Estadual de Ensino Fundamental Rio de Janeiro, onde atuo como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, da Capes, sugerir abordagens no campo da educação patrimonial, com a utilização de um tipo de documentação ainda pouco explorada enquanto fonte para o ensino de história: os documentos escolares.

O programa PIBID da Capes tem como principal objetivo qualificar a formação de futuros professores, em um esforço do governo federal de fortalecimento das licenciaturas, promovendo, por meio de uma parceria entre Universidade e Escolas, a inserção dos licenciandos no cotidiano escolar ainda durante seu período de graduação, sendo desta forma que me inseri na Escola Rio de Janeiro, uma das escolas selecionadas pelo edital, onde o PIBID se faz presente com quatro bolsistas.

O projeto na área de ensino de história tem ainda como particularidade a ênfase na educação patrimonial, sendo assim uma de suas prioridades trabalharmos com o arquivo da escola e sua documentação. Para isso, passamos por uma formação com uma arquivista, a fim de entrarmos em contato com os pressupostos básicos da arquivologia e suas principais implicações legais e de repensar a guarda e preservação desses documentos. Ao travarmos os primeiros contatos com os documentos do arquivo da escola, notamos uma variedade em sua natureza: atas, livros ponto, álbuns fotográficos e objetos compunham o acervo da escola, que por sinal encontra-se bem conservado e organizado. Porém, tal condição se deve muito ao trabalho de uma ex-professora da escola que, numa ação totalmente isolada, se propôs a organizar a documentação existente, sendo a responsável pela atual disposição do arquivo, distribuído em duas partes (uma na secretaria, outra em uma sala especificada para guarda do acervo). Via de regra, os arquivos escolares encontram-se com documentos armazenados de forma incorreta, parecendo ser sua função administrativa e a obrigação legal de guarda no tempo estipulado pela legislação específica os únicos motivos das escolas responsáveis para preservá-los.

Nessa primeira olhada, mais superficial, a impressão foi de que a documentação parecia ter um belo potencial para a produção de uma história da escola, pois ainda conservava documentos como sua ata de fundação, sua planta baixa, além de documentos que acompanhavam e registravam suas mudanças de nome e endereço. Isso sem falar nos álbuns fotográficos e objetos relacionados à banda marcial que levava o nome da escola para outros lugares, disputando competições, e da possibilidade, mediante uma investigação mais aprofundada, da abordagem de temas da história da educação. Por isso, minha reação foi de surpresa e espanto quando nossa coordenadora propôs que fizéssemos um trabalho de investigação no acervo visando elaborar um trabalho, a ser apresentado em uma oficina de formação continuada para professores da rede estadual, buscando fontes (tanto documentos, como objetos) que tivessem potencial para serem trabalhados em sala de aula, ou seja, materiais a partir dos quais se pudesse organizar uma atividade interligada com conteúdos de história. Assim, resolvi aceitar essa tarefa, encarando-a como um dos muitos desafios que os historiadores se deparam no exercício de sua profissão.

Pesquisando no arquivo

A escola enquanto instituição é produtora de vestígios de diversas naturezas, que podem se constituir em fontes para a educação patrimonial. Porém, o desafio imposto era, a partir desses vestígios, trabalhar conteúdos de história na sala de aula; ou seja, como esses vestígios poderiam ser utilizados em uma aula de história, vinculada com seus conteúdos curriculares para ensino fundamental e médio, para

além das já conhecidas ações educativas com acervos, amplamente utilizadas em instituições como museus e arquivos públicos, que se pautam por estratégias de aprendizado centradas no acervo e na ação do aluno, articulando conceitos como fontes, patrimônio, memória e identidade. O primeiro passo foi partir para a pesquisa empírica no arquivo, a fim de uma análise mais detida dos documentos e seus conteúdos. Resolvi privilegiar, na seleção, os documentos escritos, por ser o tipo de fonte que, a meu ver, tinha maior potencial para contemplar os objetivos propostos, além do fato de já possuir mais leituras sobre o uso de documentos na sala de aula e, conseqüentemente, referenciais teórico-metodológicos mais refinados.

O uso de documentos em sala de aula como estratégia pedagógica no ensino de história é uma temática amplamente estudada e debatida entre pesquisadores em educação. Questões como as visões de história reproduzidas por livros didáticos que pretendiam trabalhar com fontes e o histórico da relação entre o historiador e suas fontes, desde a concepção tradicional positivista, passando pela revolução documental ocasionada pelas contribuições dos historiadores identificados com a escola dos Annales até a noção de documento-monumento desenvolvida por Michel Foucault, são alguns pontos que julgo obrigatória a observância pelo professor de história que pretenda utilizar-se desse recurso pedagógico. Antes do que achar fórmulas, é importante e necessário precaver-se contra formas inadequadas de proceder, com o risco de estarmos esvaziando o potencial das fontes para o ensino. Exemplificando: devemos atentar para não utilizar o documento como prova ou ilustração do relato histórico, pois dessa forma estaríamos reproduzindo uma visão de história positivista, já atrasada e tão combatida pela academia, onde o documento é a única e inequívoca fonte de verdade. Além disso, o professor não deve vincular sua utilização necessariamente a algum conteúdo, e sim planejar sua aula e atividades a partir do documento, usando-o como objeto de estudo e não como um auxiliar dos conteúdos do currículo, pois assim estaria correndo o risco de cair na “armadilha positivista”.

O trabalho com fontes na sala de aula também é guiado pela própria concepção do professor sobre fontes e sobre o ensino de história, pois são tipos de atividades que, por exemplo, professores que têm uma ideia limitada de fonte, e concepções meramente utilitárias e conteudistas sobre o ensino de história não vislumbrariam possíveis. Como destacam as autoras Maria Auxiliadora Schmidt e Elizabeth Cainelle, “do ponto de vista didático, o trabalho com o documento histórico em sala de aula depende da concepção que se tem a seu respeito, dos objetivos que se querem atingir e das estratégias propostas para sua concretização”. (SCHIMIDT; CAINELLE, 2004: p.103)

Sobre o ensino de história particularmente, compactuo com essa definição trazida pelos autores Nilton Pereira e Fernando Seffner:

Nossa concepção é que ensinar história na escola significa permitir aos estudantes abordar a historicidade das suas determinações sócio-culturais, fundamento de uma compreensão de si mesmos como agentes históricos e das suas identidades como construções do tempo histórico. O presente, que é o espaço tempo dos estudantes, de onde eles olham para si mesmos e para o passado, torna-se histórico, na medida em que, passo a passo, o professor de história consegue historicizar as instituições, as políticas, os modelos culturais, os modos de ser e, sobretudo, as identidades. Trata-se de levar as novas gerações a conhecerem suas próprias determinações, a construir relações de pertencimento a um grupo, a uma história coletiva e a lutas coletivas. (PEREIRA; SEFFNER, 2008: p. 119)

Dentre as fontes selecionadas por professores e autores de livros didáticos para desenvolver atividades, as mais recorrentes são documentos oficiais (cópia do Tratado de Versalhes, por exemplo), correspondências (carta de Pero Vaz de Caminha, ou carta testamento de Getúlio Vargas) ou obras de arte (quadros "A Primeira Missa no Brasil" de Vitor Meirelles ou "O Grito do Ipiranga", de Pedro Américo). Porém, seus usos seguidamente passam ao longe dos pressupostos elencados por Pereira e Seffner. Nilton Pereira e Gabriel Torelly (2011) analisam as formas como a documentação histórica tem sido trabalhada pelas publicações didáticas e elaboram uma tríplice classificação, a partir das regularidades percebidas: primeiramente, constataam a utilização das fontes históricas como mera ilustração, sendo a fonte um prolongamento do texto didático argumentativo/descritivo; em segundo lugar, percebem o uso do documento como prova de determinado discurso, dotado de autoridade e revestindo-o de maior credibilidade e força de verdade; em terceiro lugar, constataam uma tendência à proposição de atividades com as fontes documentais, em que, na sua maioria, centram-se somente no conteúdo dos documentos, não centrando a discussão pedagógica no caráter construído da fonte, com uma forte tendência à reprodução de uma história dualista, fundamentada no binômio vencedores-vencidos. Diante disso, colocam que

A idéia não é negar o conteúdo explícito das fontes, e sim colocar a possibilidade de outras perguntas, formulando questões que aprofundem o tratamento concedido às fontes documentais. Nesse sentido, novamente perguntamos: O que se ensina? Qual o conceito de documento? Qual o conceito de história? (PEREIRA; TORELLY, 2011: p.10)

Porém, a despeito das contribuições teóricas já citadas e comentadas, não há nenhuma menção a documentos escolares nas leituras que já fiz sobre este tema; a relativa ausência de documentação dessa natureza como fontes para o ensino de história incentivou-me ainda mais a empreender minha pesquisa nesse sentido.

As atas escolares

Assim, o trabalho junto ao acervo documental da escola, visando a identificação de documentos que contemplassem o objetivo da pesquisa, foi iniciado, e será aqui relatado, por ser parte integrante e fundamental do trabalho.

Dentre minhas descobertas durante esta pesquisa empreendida no arquivo e a decorrente leitura atenta da documentação, gostaria de destacar uma, que por sua potencialidade contemplou meu objetivo e mesmo extrapolou-o, possibilitando o planejamento do trabalho que posteriormente foi apresentado não só na oficina de formação continuada para professores da rede estadual como inicialmente previsto, mas em outras seis oportunidades, inclusive em outras universidades, todas devidamente certificadas¹. Refiro-me às atas de encerramento (ou de final de ano) dos anos de 1943 a 1971, que, para além de suas funções primordiais de informar as notas finais dos alunos em cada disciplina e sua situação final no ano letivo (reprovado ou aprovado), como até hoje fazem, traziam, para minha grata surpresa, uma quantidade de informações bem maior do que imaginava. Mais uma vez, para viabilizar meu trabalho, tive que fazer uma escolha e limitar a série documental a ser analisada entre as atas, por motivos óbvios de tempo, sendo eleitas as atas de 1943-1948, respectivamente, o primeiro ano do aparecimento das atas na escola e o último ano armazenado no mesmo fichário. Assim, além das funções primordiais já citadas, as atas traziam uma série de outras informações, tanto pedagógicas quanto sobre o aluno; porém, as que irei explanar de maneira mais detida são as observações recomendadas pela ata a serem feitas pelo professor visando justificar a reprovação do aluno e critérios de classificação que diziam respeito ao corpo do aluno: cor da pele, e condições físicas (se o indivíduo era subnutrido ou não).

	Idade em meses	Côr	Escolaridade na série	Comparecimento: n.º de dias no ano	Sub-nutrido Sim - Não	Pontos nos Testes A B C	MÉDIA Língua-gem
saúde	157	M	1 ano	182	Não		49
	144	B	1 "	50	"		86
	158	B	1 "	191	"		71
	164	B	1 "				71

Figura 1: Informações sobre o aluno solicitadas na ata de 1948. Fonte: Arquivo da Escola Rio de Janeiro

Em meio ao corpo da ata, na sua parte interna, estão dispostos, em uma coluna à esquerda, os nomes dos alunos, tendo na outra extremidade, à direita, outro campo preenchível, designado como "observações" (figura 2). Cabia ao professor preencher este campo com as observações sugeridas pela ata, ao lado do nome dos alunos reprovados, justificando assim essa reprovação: "infrequência", "pouca capacidade de aprendizado" e "saúde precária". A primeira observação deixa

pouco espaço para aprofundamentos e fala por si só, diferentemente da segunda. Acredito que ela nos possibilita compreender um pouco as diretrizes pedagógicas da década de 1940, pois, ao tachar um aluno como com “pouca capacidade de aprendizado”, atribui-se toda a culpabilidade do insucesso escolar a ele, com o professor e a escola, assim, isentando-se de qualquer responsabilidade neste processo. O descompasso na relação entre escola-professor-aluno e os problemas nas formas de avaliação ficam mais claros e evidentes se ainda levarmos em conta alguns exemplos de turmas de mesma série, no ano letivo de 1948, onde em uma turma, todos os alunos, sem exceção, foram reprovados, e outra turma onde todos os alunos, sem exceção, foram aprovados.



Figura 2: Observações recomendadas pela ata a serem feitas em relação aos alunos reprovados, visando justificar sua reprovação. Fonte: Arquivo da Escola Rio de Janeiro

Outro dado curioso trazido pela ata é o critério de classificação subnutrição. Há uma coluna vertical, de cima para baixo, onde aparece escrito “subnutrido”, onde teria o professor que preencher com “sim” ou “não” o espaço em branco ao lado do nome de cada aluno. Se analisarmos este item conjuntamente com a observação “saúde precária”, podemos inferir que se acreditava, na época, haver uma relação muito estreita entre a saúde do aluno e sua capacidade de aprendizado, pois, além da iniciativa de identificar os alunos subnutridos, justificavam-se reprovações pelas condições de saúde do aluno. Entretanto, cabe ressaltar que, tanto as hipóteses sobre as diretrizes pedagógicas levantadas a partir das observações, quanto às relações entre saúde e aprendizado foram inferências feitas a partir somente da observação das atas e com o conhecimento prévio que possuía. Como não era meu objetivo naquele momento, furtei-me de empreender investigações mais aprofundadas sobre essas questões, limitando-me a destacar que são dois potencialíssimos temas para futuras pesquisas.

Porém, apesar de já ter feito descobertas interessantíssimas como as recém-relatadas, o objetivo principal da investigação ainda não havia sido alcançado, que

era o de encontrar na documentação elementos que pudessem ser trabalhados em uma aula de história, ligados diretamente a algum conteúdo. Não que os já encontrados, mediante um esforço intelectual e criativo, não pudessem, mas estava convicto que poderia identificar outros mais evidentes. Desde o início, o item que ainda não comentei já havia me sobressaltado. Refiro-me ao critério de classificação cor da pele: só o fato desse critério estar presente em uma ata escolar me chamou a atenção, pois o que tinha de inusitado tinha também de fecundo. Funcionava de maneira similar ao critério de subnutrição, com a diferença de que, ao invés de sim ou não, os espaços em branco nas colunas deveriam ser preenchidos com legendas recomendadas pela ata (de maneira similar às observações citadas anteriormente), quais sejam, as letras “B”, “M” ou “P”, que significavam “branco”, “misto” ou “preto”, classificando assim os alunos quanto à cor da sua pele. Durante a leitura inicial desses dados em diferentes anos, logo percebi uma discrepância em relação à incidência das letras que representavam as categorias de classificação: havia uma que tinha presença muito maior em relação às outras duas, ao passo que outra contava com aparições muito escassas. Dessa forma, para quantificar de maneira mais exata esses dados e, de alguma maneira, confirmar meu prognóstico inicial, fiz um pequeno levantamento estatístico para os dois anos que estava analisando (1943 e 1948), chegando aos seguintes números: Em 1943, de 319 alunos matriculados, de acordo com a classificação da escola, 240 eram brancos, 55 eram mistos e 15 eram negros. Já em 1948, de 430 alunos inscritos, 337 foram classificados como brancos, 64 como mistos e apenas 29 como negros.

Os números absolutos aumentam de um ano analisado para o outro, porém, o que se mantém é a porcentagem: para 1943, 79% de brancos, 17% de mistos e 4% de negros, e para 1948 80% de brancos, 14% de mistos e 6% de negros. Esses números falam por si só, sendo desnecessário expor em palavras a realidade evidenciada por eles. Só acrescentaria ainda que o maior número de alunos negros que encontramos em uma turma foi de quatro, e que em nenhuma das 37 turmas analisadas nesses dois anos, o número de negros e “mistos”², juntos, foi maior de que o número de brancos. Assim, ao me deparar com esses números, tive a sensação de que finalmente tinha encontrado um caminho para, a partir de um documento meramente informativo, com funções administrativas e quantitativas, abordar temáticas curriculares de história. E como extrair informações de uma fonte aparentemente seca, inóspita? Ora, o próprio ofício do historiador consiste justamente nisto. Para aclarar meu exemplo, nada melhor do que citar um dos mais nobres representantes da classe:

Há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores, Michelet, Fustel de Coulanges, nos ensinaram a reconhecer: o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, por trás dos escritos

aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça. (BLOCH, 2002: p. 49)

Como o ogro que fareja carne humana na metáfora de Bloch, pude também farejar minha caça. Assim, como também disse Bloch, por trás desses escritos aparentemente insípidos, havia o homem a capturar, bastando que colocasse meu olhar de historiador sobre essas fontes, fazendo as perguntas certas. A partir disso, faltaria somente a articulação com a sala de aula.

Documentos dos arquivos escolares na sala de aula.

Analisando as informações extraídas das fontes após essa investigação mais detida, procurei primeiramente identificar a quais temáticas históricas poderiam elas ser vinculadas. Como versam sobre cor da pele e inclusão social dos negros em um espaço como a escola, impossível não se remeter imediatamente à escravidão e temas adjacentes. Assim, o caminho a ser percorrido era pensar como a documentação analisada e seus conteúdos poderiam contribuir para o ensino sobre o período escravista no Brasil. Portanto, elaborei duas sugestões de usos dos resultados dessa pesquisa com documentos escolares na prática em sala de aula e as relatarei a seguir, de maneira sucinta. Porém, é importante também lembrar que a sugestão de atividades foi levada a cabo somente para efeitos de tornar mais evidentes os resultados da pesquisa e do trabalho, pois penso que esse exercício cabe somente ao professor que estará empreendendo sua própria pesquisa no arquivo da sua escola, pois aquele é indissociável desta.

A primeira sugestão consistiria em trazer as atas para a sala de aula no momento em que o conteúdo trabalhado fosse o período escravista, na aula de história do Brasil, pois penso que o fato de o período das atas ser cronologicamente um pouco avançado em relação ao período escravista não inviabiliza sua articulação com esta temática. Entretanto, isso faz com que o enfoque tenha que ser mais direcionado para as heranças que esse período de trabalho coercitivo, caracterizado em parte pela violência e desrespeito ao ser humano, deixou à sociedade brasileira e, particularmente, a população negra. Penso serem também instrumentos valiosos para abordar a abolição da escravidão, como se deu, quais foram suas consequências e como a dificuldade de inserção do negro, evidenciada pelas atas, pode ser relacionada com esse acontecimento. A metodologia para essa atividade variaria muito de acordo com o professor, seu método de trabalho e o tempo que este dispõe (um ou dois períodos), mas o que julgo necessário, independente dessas contingências, é o trabalho introdutório do professor junto a seus alunos, que consistiria basicamente na identificação, explicação e comentário do documento (SCHIMIDT; CAINELLE: 2004), de modo a dotar os alunos do conhecimento necessário sobre a fonte e viabilizar a atividade.

Outra maneira de se trabalhar com as atas analisadas em uma aula de história seria num debate sobre as cotas raciais na universidade, pois penso que as atas trazem informações que enriqueceriam deveras esse debate. Através da minha própria observação e também pelo relato de colegas, atestei que esse é um assunto que surge com muita força entre os estudantes quando se aproximam as datas das provas do vestibular das universidades federais, principalmente em turmas de ensino médio, onde o vestibular é uma realidade mais próxima, e que sempre suscita muita polêmica. Sendo esta uma demanda que surge dos próprios alunos, nada melhor do que abrir espaço para o debate e, a certa altura da discussão, trazer as atas, fazendo o mesmo processo introdutório relatado na outra sugestão, para então ver como esses dados serão recebidos pelos estudantes e como eles se inserirão no debate. Mesmo não sendo uma sugestão nos moldes das aulas tradicionais, penso que esta atividade envolve inúmeras outras questões como cidadania, identidade, preconceito e, também, indiretamente, a abordagem histórica da escravidão e sua abolição, além de propiciar o espaço para o aluno expor suas ideias, argumentar e ouvir seus colegas, incentivando assim as trocas entre os próprios estudantes e entre os estudantes e o professor.

O processo de criação das atividades relatadas visou contemplar o que as autoras Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelle (2004) colocam como sendo as principais contribuições que, do ponto de vista didático, o trabalho com o documento histórico na sala de aula pode proporcionar: induzir o aluno ao conhecimento histórico; estudar o documento como fonte de informação histórica; empregá-lo como fonte para a construção de um problema ou hipótese histórica; e estudá-lo como fonte de respostas para hipóteses ou problemas. Sobre a primeira contribuição, é o potencial que este tipo de atividade tem para induzir o aluno, ainda que de forma incipiente e amparado pelo professor, ao fazer historiográfico, tornando-o assim em parte agente na construção do conhecimento, quebrando com aquele modelo de aula tradicional onde o professor se coloca como detentor exclusivo do conhecimento e o aluno posiciona-se como seu mero receptor. Em relação às outras três contribuições, creio que estão imbricadas, não restando muito a comentar sobre elas, a não ser que fazem parte do processo de leitura e problematização da fonte, visando a elaboração da atividade. Ainda no campo das contribuições, se, durante as atividades com documentos históricos, instigamos o aluno a desconfiar dos mesmos, estaremos ensinando-o a ler o relato histórico e as representações do passado que circulam em sua sociedade, além de contribuir para dotá-lo de uma postura crítica em relação a todas as construções sobre o passado que chegam até ele.

Considerações finais

Com o passar do tempo, documentos escolares como as atas de final de ano analisadas neste trabalho perdem sua importância administrativa e tendem a ficar, assim, esquecidas nos arquivos das escolas. A própria forma das instituições referirem-se aos espaços de guarda desses documentos, "o arquivo morto", já inspira uma ideia de inércia e inutilidade. Mas, ao lançarmos nosso olhar de historiadores e professores de história sobre tal documentação, identificamos inúmeras perguntas passíveis de serem feitas a ela, possibilitando-nos extrair informações sociais e culturais de seu período de produção, assim como da história da educação. Porém, para chegar até essas possíveis ferramentas de ensino, os professores devem percorrer um trajeto que inicia com a intervenção junto à diretoria da escola visando, quando necessário, a implementação de melhores condições físicas para os acervos documentais, possibilitando assim a pesquisa e atividades junto ao arquivo. Em alguns casos, pode ocorrer o inverso, ou seja, o professor ter que primeiramente planejar as atividades e evidenciar de forma clara o potencial pedagógico dessa documentação, para então conseguir sensibilizar os responsáveis para a importância da sua preservação, pois infelizmente, por vezes, as instituições pautam suas políticas patrimoniais por uma lógica extremamente utilitarista.

O objetivo central do presente trabalho foi, antes de ressaltar a importância do uso de fontes em geral na sala de aula e propor modelos de atividades utilizando a documentação analisada, sensibilizar estudantes, professores e profissionais da educação em relação à potencialidade dos arquivos escolares para o ensino de história, por meio do compartilhamento de uma experiência empreendida na Escola Estadual de Ensino Fundamental Rio de Janeiro. Ou seja, as atividades sugeridas derivam de minha investida enquanto bolsista e aluno de graduação, no arquivo da escola, sendo minha proposição que os professores observassem esse procedimento ao trabalharem com os alunos nos arquivos escolares, ou seja, possibilitar que os mesmos possam explorar os arquivos, selecionar documentos e criar problematizações a partir dos conhecimentos prévios deles como também de outras questões colocadas pelo professor. A partir disto, caberia ao professor aproximar essas problematizações dos temas curriculares de história. Esta é uma das formas possíveis, considerando ser importante que o aluno vivencie o aprender história com seleção e interpretação de fontes e construção de narrativas.

Para além de sua potencialidade para o ensino de história, também são apresentadas no artigo inúmeras possibilidades de outras pesquisas suscitadas por esta documentação. Assim, poderíamos aprofundar diversas questões pedagógicas, da história da educação, ou até outras como a relação do corpo do aluno com sua capacidade de aprendizado, assim como também as causas da preocupação do governo em classificar os alunos quanto à cor da pele. Sobre este último, diversos

fatores me intrigaram e me levaram a aprofundar a pesquisa. Primeiramente, percebi que as atas evidenciam um processo histórico que ocorreu no Rio Grande do Sul, que foi a reformulação do sistema educacional. Os pressupostos básicos desse movimento reformista foram a cientificização do conhecimento, em uma forma instrumental e objetiva de pensar sobre os problemas da educação, amparada pelo discurso científico do movimento conhecido como Escola Nova, teorizado e defendido por intelectuais da época, principalmente por Lourenço Filho; uma profissionalização do magistério, onde passa a se exigir uma atitude científica frente à docência, e a produção de uma disciplina moral, cultural e social da população, pela necessidade de integração das minorias estrangeiras (nacionalização do ensino); e a necessidade de aquisição dos conhecimentos básicos indispensáveis à vida, à consolidação dos hábitos e atitudes de vida higiênica e moral e de aprimoramento cultural necessários para a participação na sociedade como cidadão e trabalhador (QUADROS, 2006). O ano de aparição da primeira ata (1943) é o mesmo ano da fundação da Secretaria da Educação enquanto órgão autônomo, pois esta antes era vinculada à Sesp (Secretaria da Educação e Saúde Pública), mostrando como estes processos estão interligados. A partir desta pesquisa, cheguei à pergunta que se constituirá em meu trabalho de conclusão de curso: o porquê de aparecerem, em documentos oficiais como as atas escolares, o critério de classificação cor da pele, que quantifica e marca a diferença, em um contexto em que tais práticas tendiam a se esvaziar e cair em desuso, pois a política nacional, preocupada com questões como a identidade nacional e em manter uma aparente coesão entre a população brasileira, propagava idéias como a democracia racial e a harmonia entre as raças existentes no país, por isso ser favorável às suas ambições políticas.

Para concluir, espero que, após este trabalho evidenciando todo o potencial desta documentação, as escolas realmente se preocupem em preservar sua massa documental, pois esta, nas mãos de historiadores e professores de história, ganham vida.

Referências Bibliográficas

- BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, c2002, 159 p.
- PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. Anos 90, Porto Alegre, v.15, nº 28, p. 113-128, dez. 2008.
- PEREIRA, Nilton Mullet; TORELLY, Gabriel. Vestígios do passado: documento e ensino de história. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PESQUISADORES DO ENSINO DE HISTÓRIA, 9, 2011, Florianópolis. Anais eletrônicos... Florianópolis: UFSC, 2011. Disponível em <<http://abeh.org/trabalhosixenpeh/GT-10.php>>. Acesso em: 15 mai. 2012.
- QUADROS, Claudemir de. Reforma, ciência e profissionalização da educação: o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Rio Grande do Sul. 2006. 429 f: il.
- SCHIMIDT, Maria Auxilidora; CAINELLE, Marlene. Ensinar história. São Paulo: Scipione, 2004, 161 p.

Notas

- 1) A oficina planejada a partir da pesquisa e detalhada na sequência foi apresentada, posteriormente, nos seguintes eventos e ocasiões: Jornada de Ensino da Unisinos; UFRGS Portas Abertas; aula da disciplina de história da educação, da graduação em pedagogia, na UFRGS; Mostra Científica Facos – Osório; aula aberta de ensino de história, na faculdade de educação da UFRGS, entre outros.
- 2) Optei por utilizar o termo “mistos” sempre entre aspas por ser um termo inexistente nas principais ciências que realizam estudos sobre raça, como a biologia, a antropologia e a sociologia.